



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
DEPUTADO FEDERAL PADRE JOÃO

Reabi  
09/03/23

OF. 0078/2023 – GPJ/BSB

Brasília-DF, 09 de março de 2023.

Ao Excelentíssimo Sr. Márcio Macêdo  
**Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República**  
Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Brasília – DF

**Assunto: Luta do Movimento Todos Contra o Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH**

Com cordiais e respeitosos cumprimentos, vimos perante V. Exa. informar e solicitar o que segue.

Em 2022 foi concluída a licitação na modalidade “leilão” pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais (Seinfra), para a construção de um Rodoanel na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com mais de 100 km de extensão por até 500 metros de largura.

Os projetos até então apresentados são objeto de profundas críticas em razão de seus severos impactos socioambientais e descumprimento dos ritos mínimos, relativos ao processo de Licenciamento Ambiental, normas e acordos internacionais vigentes, como a Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa-fé estabelecida pela Convenção 169 da OIT.

Diversos questionamentos têm sido levantados pela sociedade em relação à real necessidade de realização da mega obra do Rodoanel/Rodominério em razão dos danos socioambientais decorrentes para a RMBH. Trata-se de uma obra faraônica e autoritária que, mais uma vez, repete o erro histórico de priorização do modelo rodoviário e automobilístico, privatista, em detrimento de formas alternativas de transporte coletivo público de passageiros e de carga. Trata-se, possivelmente, de ampliar, de forma brutal, para toda a Região Metropolitana de BH, os problemas já existentes no Anel Rodoviário de Belo Horizonte.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL PADRE JOÃO**

O Rodoanel desafogaria apenas cerca de 12% do trânsito do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, que seguiria intocado, com os imensos problemas que apresenta diariamente: engarrafamentos, acidentes e mortes.

Além disso, o Rodoanel provocará impactos ambientais sobre áreas de preservação, ampliação dos espaços para especulação imobiliária e desapropriações que expulsarão milhares de famílias. Adicionalmente, a nova via (uma 2 2 de 5 grande rodovia) facilitaria o trânsito de mercadorias de interesse de mineradoras, principalmente da mineradora Vale S/A, fato este que – junto ao de que os recursos que o governo do Estado de Minas Gerais aplicará na construção são provenientes da tragédia-crime da Vale S/A em Brumadinho – tem levado à denominação de Rodominério às obras que beneficiarão essa empresa e demais mineradoras devastará sob muitos aspectos a RMBH.

Ademais, este famigerado Rodoanel/Rodominério ameaça o patrimônio ambiental, histórico, arqueológico e cultural de interesse metropolitano e nacional. A Alça Oeste do Rodoanel afetará em Contagem e Betim a Região de Várzea das Flores, importante espaço de proteção ambiental que garante o abastecimento hídrico de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

No município de Contagem, aproximadamente cerca de 45 Povos e Comunidades Tradicionais serão impactadas pelo empreendimento. Entre essas a Comunidade Quilombola dos Arturos, certificada pela Fundação Cultural Palmares desde 2004 e registrada no Livro de Cadastro Geral nº 002, Registro nº 114. Desde 2014, tem o Registro de Patrimônio Cultural Imaterial na categoria de Lugares pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) e pela Prefeitura Municipal de Contagem; além do Ilé Axé Ogunfunmilayó e do Ilé Iyá Omi Asé Barú, o Terreiro de Umbanda Pai João Baiano, ambos inventariados desde 2014 como Patrimônio Cultural Imaterial pela Prefeitura de Contagem. A Alça Sudoeste do Rodoanel/Rodominério afetará de forma absurda a base e a área de entorno do Parque Estadual da Serra do Rola Moça e seus mananciais que garantem o abastecimento de Ibirité, parte de BH e RMBH, além do importante cinturão verde de agricultura familiar da RMBH.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
DEPUTADO FEDERAL PADRE JOÃO

A Alça Norte do Rodoanel, por sua vez, afetará também importante região de recarga hídrica do vale do Rio das Velhas e territórios tradicionalmente ocupados pelas Comunidades Quilombolas e Sítios Históricos, tais como um cemitério de pessoas negras escravizadas do século XIX, tombado pelo município de Santa Luzia/MG, bem como o Terreiro do Manzo Ngunzo Kaiango, bem imaterial reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial, desde outubro de 2018, pelo IEPHA. Milhares de famílias da agricultura familiar da RMBH serão brutalmente violentadas com o Rodoanel.

A despeito do amplo questionamento por parte de movimentos socioambientais, Povos e Comunidades Tradicionais e organizações da sociedade civil, o Governo do Estado de Minas Gerais (Romeu Zema) realizou de forma autoritária, na Bolsa de Valores de São Paulo, no dia 12 de agosto de 2022, o leilão para concessão do projeto e obras do Rodoanel. A transnacional italiana INC S.P.A ficou em primeiro lugar, com o valor de contraprestação apresentado de R\$ 91,4 milhões pelo prazo de 30 anos, devendo investir ainda o valor de 2 bilhões conforme informações da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte:

O projeto do Rodoanel Metropolitano, que contará com o aporte de R\$ 3,07 bilhões pelo Estado para a sua implementação, será a maior PPP (Parceria Público-Privada) da história de Minas Gerais. [...] O aporte do Estado é proveniente do Acordo Judicial assinado com a Vale para a reparação de danos causados pelo rompimento da barragem em Brumadinho.

A transnacional INC S.P.A está sendo processada na Itália e na Argentina por crimes em execução de obras.<sup>1</sup>

A FEDERAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE MINAS GERAIS entrou previamente com Ação Civil Pública contra a realização do Leilão do Rodoanel sem Licenciamento Ambiental e sem Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa-fé 3 3 de 5 às Comunidades Quilombolas e demais Povos e Comunidades Tradicionais afetadas por esta rodovia da morte, dentre os quais estão: as Comunidades Quilombolas de Pinhões em

---

<sup>1</sup> Ver: <https://www.cptmg.org.br/portal/escandalo-empresa-alvo-deacoes-judiciais-na-italia-ganha-leilao-do-rodoanel-de-zema-e-vale-s-a-narmbhp%20que/>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
DEPUTADO FEDERAL PADRE JOÃO

Santa Luzia, Manzo Ngunzo Kaiango; Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Rosário, de Justinópolis, em Ribeirão das Neves; Comunidade Quilombola Arturos, em Contagem; Comunidade Quilombola Mangueira, em Belo Horizonte; e Comunidade Quilombola Pimentel, em Pedro Leopoldo; contrariando frontalmente os termos da Convenção nº 169 da OIT. A Ação Civil Pública se encontra em agravo na segunda instância da Justiça Federal. O desembargador Dr. Álvaro Ricardo, da Justiça Federal decidirá sobre o Agravo em breve<sup>2</sup>.

Há ainda muitas outras Comunidades Tradicionais que podem ser afetadas, tais como, agricultores familiares, povos de terreiros, povo cigano, povo do Reinado/Congado, dentre outras unidades territoriais tradicionais por serem inventariadas e mapeadas na RMBH. A Comissão dos Povos e Comunidades Tradicionais atingidas pelo o Rodoanel, em carta publicada de 03 de agosto de 20221, fez a denúncia e repudiaram as ações do governo estadual de MG. Na ocasião afirmaram que:

estão em luta pelos direitos, em defesa da vida, do meio ambiente e dos seus modos tradicionais de viver, garantidos por dispositivos legais de âmbito internacional, federal e estadual. O empreendimento do Rodoanel, proposto pelo governo estadual, impactará de forma profunda e radical os nossos territórios sagrados, ecológicos e ancestrais. [...] consultar as Comunidades Tradicionais após o leilão do Rodoanel, previsto em edital já publicado, constitui uma grave violação de direitos por não ter sido realizada a Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa-fé, conforme estabelece a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 143/2002. Portanto, é dever do Estado consultar os Povos e Comunidades Tradicionais antes de qualquer autorização, atividade administrativa ou legislativa que nos atinjam, de forma direta ou indireta.

Ademais, o edital de licitação faz constar que o estado de Minas Gerais se compromete a repassar para a megaempresa internacional que vencer o leilão, cinco bilhões de reais caso o Governo de MG resolva cancelar o projeto. Esta cláusula, configura

---

<sup>2</sup> Ver: <https://www.cptmg.org.br/portals/acao-civil-publica-da-federacaoquilombola-de-mg-ngolo-requer-a-suspensao-do-leilao-de-licitacao-do-rodoanel-na-rmbhpor-varias-ilegalidades-falta-de-consulta-livre-livre-e-informada-da/>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
DEPUTADO FEDERAL PADRE JOÃO

crime de improbidade administrativa do Governador Romeu Zema, pois viola flagrantemente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para tanto, solicitamos, **com urgência** que esse r. Ministério da Secretaria-Geral da Presidência da República, nos ajude a salvar a RMBH do mega crime que será o Rodoanel/RODOMINÉRIO, com medidas cabíveis para garantir o direito à Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé às dezenas de Comunidades Tradicionais que serão impactadas e para a anulação do leilão, em face do potencial risco à integridade dessas comunidades tradicionais, de sítios arqueológicos, mananciais, áreas verdes, moradores, escolas, UPAs, igrejas e demais milhares de benfeitorias que serão brutalmente afetados, e em face de todas as injustiças socioambientais decorrentes deste megaempreendimento na RMBH.

Dessa forma, solicitamos à V. Exa. as providências cabíveis ao caso e desde já, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e agradeço desde já pela atenção e pelo empenho desse Ministério em atender a esta demanda.

**Frei Gilvander Luís Moreira**

MOVIMENTO TODOS CONTRA O RODOANEL DE RMBH  
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT/MG

**Alessandra Jacobovski**

ORGANIZAÇÃO TERRA DE DIREITOS

**Padre João**

DEPUTADO FEDERAL (PT/MG)

**Dandara Tonantzin**

DEPUTADA FEDERAL (PT/MG)

**Célia Xakriaba**

DEPUTADA FEDERAL (PT/MG)

**Bella Gonçalves**

DEPUTADA ESTADUAL (PSOL/MG)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL PADRE JOÃO**

**Movimentos e Organizações representados neste escritório:**

COLETIVO MARGARIDA ALVES DE ASSESSORIA POPULAR

TERRA DE DIREITOS

MARIANA CRIOLA (COORDENAÇÃO ESTADUAL DAS MULHERES

QUILOMBOLAS DO ESTADO DE MG)

FEDERAÇÃO QUILOMBOLA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (N'GOLO)

REDE NACIONAL DE ADVOGADAS E ADVOGADOS POPULARES - RENAP

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB

ORGANIZAÇÃO PELO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO

ADEQUADAS – FIAN BRASIL

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT/MG

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA – CEDEFES

COMISSÃO EM DEFESA DOS DIREITOS DAS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS

– CODECEX

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS POVOS E COMUNIDADES

TRADICIONAIS DA ALMG

GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS (GESTA/UFGM)

COMISSÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS ATINGIDAS PELO RODOANEL

ASSOCIAÇÃO DE RESISTÊNCIA CULTURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA

MANZO NGUNZU KAIANGO

CENTRO NACIONAL DE AFRICANIDADE E RESISTÊNCIA AFRO-BRASILEIRA -

CENARAB

MOVIMENTO DE DEFESA DA SERRA DO ROLA MOÇA